



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA – UNILAB  
INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS – IHL  
CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS**

**WILAME DA SILVA LIMA**

**O ENSINO DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NA ESCOLA  
FUNDAMENTAL. UM ESTUDO DE CASO NO DISTRITO DE BARRA-NOVA - CE**

**REDENÇÃO**

**2015**

WILAME DA SILVA LIMA

O ENSINO DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NA ESCOLA  
FUNDAMENTAL. UM ESTUDO DE CASO NO DISTRITO DE BARRA-NOVA - CE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharelado em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Luís Tomás Domingos.

REDENÇÃO

2015

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**

**Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)**

**Biblioteca Setorial Campus Liberdade**

**Catálogo na fonte**

**Bibliotecário: Francisco das Chagas M. de Queiroz – CRB-3 / 1170**

---

Lima, Wilame da Silva.

L696e

O ensino das religiões de matrizes africanas na escola fundamental. Um estudo de caso no distrito de Barra-Nova – CE. / Wilame da Silva Lima. Redenção, 2015.

39 f.: il.; 30 cm

Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Luís Tomás Domingos.

Inclui Referências.

1. África História. 2. Ensino fundamental. 3. Religião e cultura. I. Título.

CDD 960

---

WILAME DA SILVA LIMA

O ENSINO DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NA ESCOLA  
FUNDAMENTAL. UM ESTUDO DE CASO NO DISTRITO DE BARRA-NOVA - CE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências  
Humanas do Instituto de Humanidades e Letras da  
Universidade da Integração Internacional da  
Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial  
para a obtenção do Título de Bacharelado em  
Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Luís Tomás Domingos.

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_,

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Luís Tomás Domingos (Orientador)  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

---

Prof. Dr. Jeannette Filomeno Pouchain Ramos  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

---

Prof. Dr. Marília De Franceschi Neto Domingos  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer em primeiro lugar a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada. Agradeço a minha mãe, Antônia Pereira, e minha avó Francisca Cosme, por estarem sempre ao meu lado e me motivarem a não desistir, apesar das dificuldades. E aos meus irmãos Ailton, Aneilton, Aglailson e Irlania.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luís Tomás Domingos, pela paciência nas poucas orientações que tive, por motivos de trabalho, por ter compreendido minhas limitações e por todo o conhecimento que produzimos juntos, sendo assim possível a realização deste trabalho.

Agradeço também aos meus amigos (as) Flavio Junior, Moisés Wilkson, Kewlliane Fernandes, Douglas Brasil, Erick Oliveira, Viviane Holanda, Meirilane Silva e Ana Clara Araújo, na amizade que conquistei nesta jornada e farão parte da minha vida. E no mais agradeço a todos os professores da UNILAB.

Dedico esse trabalho a minha mãe Antônia Pereira, por estar sempre ao meu lado, apesar das dificuldades e por ser a razão do meu viver.

## RESUMO

A pesquisa discute as possibilidades de se trabalhar as religiões de matrizes africanas dentro da sala de aula, de acordo com a lei 10.639/03, pois as mesmas sofreram e ainda sofrem aversão dentro e fora do ambiente escolar, visto como algo diferente e bizarro, e que a sociedade atribui termos pejorativos, tais como: magia negra, bruxaria e macumba. O foco da presente pesquisa é trabalhar as religiões afro-brasileiras no ambiente escolar e o preconceito que estas sofrem dentro da sociedade. Utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica e de campo, realizado por meio de observação participante, nas turmas de 6º, 7º e 8º Ano na Escola Luís Dias Damasceno, no distrito de Barra-Nova. A hipótese estabelecida para esse estudo é válida, pois existe um preconceito contra a cultura e as religiões de matrizes africanas na sociedade.

**Palavras chave:** Escola. Preconceito. Religião Afro-Brasileira. Lei 10.639/03.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I: O ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO.....</b>	<b>11</b>
1.1 Conceito de religiões de matrizes africanas .....	14
<b>CAPÍTULO II: FORMAÇÃO DOS EDUCADORES E O ENSINO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS .....</b>	<b>17</b>
2.1 A importância da abordagem as religiões de matrizes africanas em sala de aula.....	20
<b>CAPÍTULO III: RELIGIÕES AFRO - BRASILEIRAS: O DESAFIO DA INSERÇÃO DA DISCIPLINA NA ESCOLA DE BARRA NOVA .....</b>	<b>25</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>34</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>36</b>

## INTRODUÇÃO

A religiosidade de origem africana, que compõe o cenário cultural e artístico do nosso país, ainda sofre preconceito e vive em um processo de incompreensão por parte da sociedade. O preconceito é construído diariamente, em locais públicos, por parte de outros segmentos religiosos e principalmente nas escolas, no qual o foco maior sempre foi voltado para uma educação europeia e ao abordar o assunto, trazia consigo apenas questões sobre escravidão, miséria e fome. Com esse pensamento negativo os discentes sempre relacionavam África como um continente de miséria, fome e homens dormindo com macacos, criando um estereótipo “história única”, e em relação à religiosidade africana associavam “macumba” às práticas demoníacas.

A escola tem um papel específico e muito diferenciado das outras instituições sociais: ela é o lugar, por excelência, onde o processo intencional de ensino aprendizagem ocorre. E, para cumprir a tarefa de transmitir determinados conhecimentos, denominados escolares, é que se constitui como uma indispensável instituição social criada pela sociedade. Porém, esta mesma escola também termina por reproduzir as virtudes e defeitos que são conhecidos e propagados fora desse espaço. Sendo assim, é necessário que além de cumprir o seu papel na escolarização, a Instituição também tenha que se preocupar em oferecer as bases para uma sociedade mais justa e igualitária.

O que me motivou a trabalhar a temática sobre as religiões afro-brasileiras se relaciona a questões sobre o preconceito e mitos que ainda existem sobre o assunto. Nesse contexto, caberia à escola, como um lugar de produção de conhecimento, quebrar certos conceitos e estereótipos ao se referir às religiões afro-brasileiras. Para nortear essa pesquisa, parti do seguinte problema: É possível usar as religiões afro-brasileiras na sala de aula como forma de combater o preconceito, tendo com base a lei 10.639/03, a fim de construir saberes que possam tornar visível à religiosidade africana como característica da nossa cultura?

Essa pesquisa teve então como objetivo geral analisar a possibilidade de aplicar nas escolas a Lei 10. 639/03, que determina que seja ensinada a História da África e a cultura afro-brasileira e principalmente conhecer e reconhecer a importância dos povos africanos na História do Brasil, e sua influência na cultura e principalmente na religião. Esse é o foco desta pesquisa: Mostrar que as religiões africanas como qualquer outra religião merece respeito para quem á

prática e apresentar a dificuldade de aplicar a lei em sala de aula, na Escola Luís Dias Damasceno, localizada no distrito de Barra-Nova (antigo distrito de São Gerardo).

Para alcançar os objetivos, usei o método de pesquisa bibliográfica, que segundo Rodrigues, no livro *Pesquisa Científica* (2006, p. 89), é um método que é realizado a partir de fontes secundárias, ou seja, por meio de material já publicado, como livros, revistas e artigos científicos.

Nessa pesquisa busquei teóricos que estudam e escrevem sobre a religiosidade, principalmente a inserção da cultura afro-brasileira na sala de aula e a legislação específica. Além de procurar referências que pudessem me fornecer subsídios em relação à formação de professores e à dificuldade de se ensinar sobre religião.

Além do método bibliográfico, fez-se necessário realizar pesquisa de campo, por meio de observação e ação participante. Segundo Gil (2010, p. 100), entende-se por observação:

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação de problema, passando pela construção e hipóteses [...] a observação desempenha papel imprescindível no processo da pesquisa. Por ser utilizada, exclusivamente, para a obtenção de dados em muitas pesquisas, e por estar presente também em outros momentos da pesquisa, a observação chega mesmo a ser considerado como método de investigação. A observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano.

De acordo com a citação de Gil, podemos compreender que a observação dá-se no convívio das pessoas. Nesse contexto a pesquisa de campo realizou-se no ano de 2014, na Escola Luís Dias Damasceno, no distrito de Barra-Nova. Eu como pesquisador e docente neste período lecionei a disciplina de Educação Religiosa nas turmas de 6º, 7º e 8º Ano, no qual pude observar no decorrer das aulas lecionadas e no desenvolvimento do projeto Rosal da Liberdade o preconceito e a falta de informação que havia com relação à temática de religiões de matrizes africanas.

O material coletado foi analisado, com a proposta que Gomes (2002, p.75), nos oferece, que é uma pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A técnica usada para a operacionalização do estudo qualitativo é construída a partir das “unidades de sentido” sugeridas por Rey (1997).

A análise de conteúdo é um processo ininterrupto de desenvolvimento de indicadores que se organizam a partir de uma determinada estrutura de sentido para a interpretação, cujo momento parcial conclusivo, em quaisquer etapas de desenvolvimento do processo, identificamos como unidades de sentido, que são aquelas categorias ou momentos de explicação que integram um conjunto diverso e até contraditório de indicadores em uma nova definição explicativa. (REY, 1997, p. 199) [SIC].

Essa monografia está dividida em três capítulos. O primeiro intitulado: *O Ensino Religioso no Brasil: Breve Histórico*; onde é feita uma reflexão sobre o ensino religioso e suas complicações, como matéria facultativa. No segundo capítulo denominado: *Formação dos Educadores e o Ensino das Religiões Afro-brasileiras*; proponho-me a fazer uma breve discussão sobre o papel do professor na desmistificação desenvolvida ao longo do tempo de uma educação pautada pelo modelo eurocêntrica, já o terceiro capítulo: *Religiões Afro-Brasileiras: O desafio da inserção da disciplina na Escola de Barra-Nova*, fiz uma análise da inclusão da disciplina e os desafios encontrados na prática didática ao abordar a religiosidade de matrizes afro-brasileira na sala de aula.

## I - O ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

Esse texto inicia com um breve panorama dos períodos da história do ensino religioso no país, perpassando o período colonial até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.475/97, que trata o ensino religioso como área do conhecimento, com metodologia específica, horários preestabelecidos em sala de aula, conteúdos, avaliação e objetos de investigação.

No período colonial brasileiro a educação estava alicerçada entre três esferas institucionais que eram: a Escola, a Igreja e a Sociedade política/econômica. Nesta fase os colonizadores almejavam a qualquer custo, impor suas ideias europeias, enquadrando assim, as pessoas aos valores sociais que os mesmos defendiam como sendo bom para a sociedade. Nesse período o ensino religioso se fundia e confundia com a corte. Parafraseando Bundchen (2007), ressalta-se que tudo passava pela questão do ensino religioso, como forma de evangelização para todos, ou seja, o papel do ensino religioso, da igreja e da educação era catequizar, uma vez que, esse era o acordo entre o papa e a coroa portuguesa.

A educação que deveria ser pública, gratuita, laica e para todos, assim como prevista nos dias atuais, na prática, neste período o ensino religioso era vinculado ao pensamento ideológico do Estado.

Paiva (2004, p. 81), ao analisar a relação entre a igreja e a educação no Brasil colonial nos esclarece que: “O colégio foi certamente outro caminho, não um caminho paralelo, mas expressão instrumental da pregação e conservação da fé. Colégio, educação e fé se imbricavam, não alterando a compreensão que, desde a Idade Média, se tinha dos estudos”.

Como é possível perceber nas palavras de Paiva, no período colonial, as escolas e os educadores sofreram com um projeto amplo e unitário, que visava apenas dominar os negros e os índios para só assim se tornarem pertencentes à fé cristã, e cuja administração ficava a cargo do Estado e da igreja, que os leva a concluir que:

A religião passa a ser um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, concorrendo para o fortalecimento da dependência ao poder político por parte da Igreja. Dessa forma, a instituição eclesial é o principal sustentáculo do poder estabelecido, e o que se faz na Escola é o Ensino da Religião Católica Apostólica Romana (FONAPER, 2004, p.13).

O texto acima demonstra muito bem que o projeto dos colonizadores portugueses era verdadeiramente converter os nativos à fé católica, para só assim mantê-los em um estado de submissão aos objetivos da coroa portuguesa, uma vez que se sabe que os jesuítas desembarcaram juntamente com os colonizadores portugueses, para aqui impor sua religião convertendo todos ao cristianismo.

Ainda segundo Paiva, é possível perceber que esse interesse da cristianização na educação nos primeiros anos da colônia foi algo natural como esclarece:

...do ponto de vista da Companhia de Jesus, atendendo ela às instâncias do rei, cumpria também com sua finalidade: a missão peregrina, sua primeira intuição. Tratava-se de ir ao encontro de, de buscar almas para comerciar a salvação, conforme sua espiritualidade mercantil consentânea com os tempos, espiritualidade ativa em contraponto à contemplativa. Sua dedicação ao colégio/educação não consistia trabalho paralelo à missão: fazia-se complemento, no entendimento da época, para a realização da pregação (2004, p. 83).

Já a partir de Bundchen (2007) podemos verificar que o ensino religioso no período imperial não mudou muito de figura, tudo porque a religião católica era a [religião] oficial do império e o ensino religioso passou a ser acobertado e submetido à metrópole como aparelho ideológico, já que nessa época a igreja possuía um vasto patrimônio econômico e cultural e não conflitava com a corte, isso sem falar que a mesma trabalhava com a educação, mesmo sendo papel do Estado. Vale salientar ainda que a Igreja nesse período tinha seus interesses, o de evangelizar pregando ou impondo a doutrina católica romana.

No período republicano o ensino da religião católica romana sofreu uma crise, pois o novo regime que surgiu em 1889 determinava a separação do Estado em relação à igreja. A partir desse fato, passou a vigorar a seguinte expressão: Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino (FONAPER, 2004. p. 14).

Essa foi à redação da primeira constituição da república a orientar a educação brasileira. Tal enunciado quer mostrar que o ensino religioso só poderia ou deveria ser ministrado em alguns estabelecimentos específicos, como por exemplo, nas escolas de cunho religioso e não mais naquelas mantidas pelo poder público. Para Junqueira (2002), essa linha de pensamento foi influenciada pelos ideais da liberdade religiosa regida pelo princípio da laicidade do Estado, segundo a concepção francesa. É o que consta do discurso de grande número de parlamentares que atuaram na assembleia constituinte e na implantação do novo

regime, apesar de Rui Barbosa, que auxiliou a escrita do texto afirmar que o modelo brasileiro de laicidade segue o americano.

Posteriormente, pela liderança dos pioneiros da educação nova, a partir dos anos 1920, essa ideia é intensificada. Com o texto declarando que o ensino será laico, aconteceu uma grande discussão em torno do assunto, diante da possibilidade de se excluir o ensino religioso das escolas no texto da constituição de 1891, seguindo o princípio da laicidade. A igreja católica romana ainda continuava com sua atuação voltada para a prática proselitista da catequização dentro das escolas públicas brasileiras, essa fase se prolongou em todo percurso da história da educação brasileira. (Bundchen, 2007).

Um fato que merece ser apontado é o surgimento da reforma Francisco Campos, que trouxe a possibilidade de se pensar no ensino religioso como sendo admitido em caráter facultativo, através do decreto de 30 de abril de 1931 e na Constituição de 1934 ele passou a ser assegurado no artigo 153 conforme reproduzido por Scampini no trabalho. “A Liberdade Religiosa nas Constituições Brasileiras”:

O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrada de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais (Scampini, 1978, p. 169).

Vale registrar que nas discussões que envolveram a elaboração da Constituição de 1934 já havia um esforço das religiões não católicas tidas como minoritárias no sentido de participar das discussões em torno da problemática do ensino religioso como observa Almeida no artigo “Ensino Religioso ou Educação Moral e Cívica”:

O jogo de forças travado na Assembleia Nacional Constituinte brasileira, reunida de novembro de 1933 a julho de 1934, apresenta-se como uma das poucas possibilidades de se percorrer e analisar a postura dos protestantes frente aos acontecimentos e fatos que marcaram a conjuntura política, econômica e religiosa brasileira nos primeiros cinquenta anos do século passado (2002, p. 26).

De fato a nova configuração legislativa frente à temática do ensino religioso trouxe uma mudança significativa no que se refere a essa modalidade de ensino. Essa expressão facultativa permaneceu nas demais constituições até os dias atuais. O ensino religioso, de matrícula facultativa para os alunos, se constitui disciplina das escolas públicas de ensino fundamental.

A lei 9.394/96 que acrescentou dois artigos para a lei 9.475/97 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), 1997, estabelece que:

Art. 1º O art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

## 1.1 Conceito de religiões de matrizes africanas

Para se entender o que são as religiões africanas, é necessário entender primeiramente que o presente texto não pretende definir de um modo único e singular o significado ao pé da letra de conceitos como “religião”, “mitologia”, “tradição”, “cultos”, ou qualquer outra palavra do gênero. O objetivo aqui dado é justamente o de dar uma luz inicial a quem estiver interessado na cultura e, principalmente, nas religiões existentes na África, mostrando como nem tudo que pensamos ser passado para nós é, de fato, verdadeiro.

As concepções de religiões africanas, querendo ou não, sempre são tratadas de um modo peculiar, definidas como exóticas por muitos, de difícil entendimento ou mesmo compreensão. Quando se pensa sobre religião africana, geralmente o que vem a mente é que ela é só candomblé, umbanda ou feitiçarias, principalmente no conceito (mal utilizado) de Vodun. Esses são apenas alguns erros existentes nessa ideia, mesmo porque temos, apenas para efeito de dúvida, que tanto o candomblé, como umbanda e o vodun são religiões sincretizadas fora do continente africano, isto é, elas foram formadas e definidas com a junção de outras culturas, outras religiões e outras sociedades fora da própria África. Ou seja, só aí já temos uma pequena ideia de que o assunto é um pouco mais dinâmico do que se imaginava.

Além disso, quando se pensa em religião africana, outros podem imaginar algumas danças ‘estranhas’ sem nenhum sentido simbólico ou mesmo sem ritmo algum. Para entender um pouco mais sobre isso, é de fundamental importância ler um pouco mais sobre os rituais

africanos e a possibilidade de efeitos de transe que transcendam o conceito errado que temos sobre isso.

As religiões de matrizes africanas, no Brasil, são adaptações, interações e reinvenções das diversas formas de crer dos povos africanos para cá trazidos. Elas se configuram como modelos, antropológicos, sociológicos, filosóficos e essencialmente religiosos, representativos das bases civilizatório-africanas que alteraram, com intensa complexidade, a sociedade brasileira. Embora, ao longo dos malogrados séculos pouco obtiveram como tratamento justo, coerente, ou mesmo um lugar de respeito, não só por parte da “sociedade elitista brasileira” que sempre as perseguiu, com intuito de bani-las definitivamente do solo brasileiro, como também por parte de uma gama de “intelectuais” e escritores que optaram por pesquisá-las, em sua maioria, impregnados de preconceitos.

Com visão “desde dentro”<sup>1</sup> sobre as nossas formas de crer, Makota Valdina Pinto (1996) afirma que:

As formas de que se valem os africanos tradicionais para explicar, para expressar o que pensa, o que sente em relação ao sobrenatural é diversas: provérbios, lendas, mitos, narrações, até mesmo fatos, acontecimentos da própria vida, uma vez que a forma de religiosidade tradicional africana não é dissociada dos contextos da vida. Mundo natural, físico e mundo sobrenatural coexistem, interage, se inter-relacionam. A natureza com os seus elementos e fenômenos constitui a essência das religiões tradicionais africanas e afro-brasileiras, uma vez que é criação do Ser iniciado, preexistente, completo em si mesmo, com capacidade de dar a vida a tudo por si criado (PINTO, 1996, p. 7-8).

As formas peculiares de crer expressas pelos povos negros por razões históricas, receberam aqui diversos nomes, sendo o termo Candomblé (RODRIGUES, 2008; VERGER, 1997), empregado, indiscriminadamente, para se referir às manifestações de fé dos diversos povos africanos. Carneiro (1967), um dos primeiros a escrever sistematicamente sobre o tema, registra o que diziam os nossos mais velhos:

[...] Com efeito, candomblé macumba, xangô, para babaçuê, tambor não seriam designações de cultos diferentes? [...] O foco de irradiação do modelo foi a Bahia, com focos menores em Pernambuco e no Maranhão, nesta ordem. [...] Teremos de atribuir à escravidão, talvez com justiça, o não haver um nome genérico, africano, para designar todos os cultos. [...] (CARNEIRO, 1967, p. 11. *grifo do autor*).

---

<sup>1</sup>“Desde dentro” é uma (re) elaboração de Luz (2000) a partir da concepção de Mãe Senhora, Òsun Muiwa, quando utilizava a expressão “da porteira para dentro, da porteira para fora”. Tal expressão refere-se ao lócus de enunciação, ou seja, o lugar de onde o sujeito pronuncia seu discurso, revelando também sua intenção político-ideológica.

As religiões de matrizes africanas, embora sejam mantenedoras das tradições africanas, se adaptam e readaptam aos/nos contextos sócio-históricos. Por isso, se tornam cada vez mais fatores indispensáveis para a compreensão da história da trajetória dos povos negros no Brasil. Assim, além de terem atuado como eixo comum das celebrações religiosas tornando-se elemento unificador dos diversos grupos étnicos, foi e é também elemento preservador das memórias e histórias dos povos africanos brasileiros nas suas elaborações inter-étnicas para superação dos enormes obstáculos e dos sofrimentos impostos pelo perverso sistema escravista, como também, memórias das tradições religiosas dos povos negros que se encontram preservados nas comunidades-terreiro espalhados por quase, senão por todo território brasileiro.

Neste contexto, faz-se necessário o estudo sobre a cultura africana e afro-brasileira e os elementos que a constituem, para que a sociedade não permaneça nesse senso comum de atribuir significados negativos e/ou pejorativos ao se referir ao continente africano, riquíssimo em hábitos, línguas e crenças.

Na tentativa de desmitificação em atribuir termos pejorativos com relação à cultura africana, vale ressaltar a importância da Lei 10.639/03 que tem como objetivo a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino públicas e privadas, a mesma trouxe grandes mudanças com relação aos estudos da cultura africana e afro-brasileira. É o que abordará o próximo capítulo.

## **II - FORMAÇÃO DOS EDUCADORES E O ENSINO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS**

Neste capítulo, se propõe a realizar uma breve discussão sobre o papel do professor na desmitificação deixada ao longo do tempo, de uma educação pautada em um modelo eurocêntrico. Em seguida farei uma discussão sobre o ensino das religiões afro-brasileiras, ressaltando a importância da lei 10.639/03.

As religiões de matrizes africanas ainda sofrem perseguições que parecem demandar de uma falta de conhecimento ou conceito negativo, que outrora foi introduzido no imaginário social como “verdade” e que a escola precisa desmistificar para atender a uma pluralidade religiosa existente nesse espaço.

Nesse sentido, cabe ao professor a função de desmitificar o que fora construído ao longo do tempo com uma educação eurocêntrica. Nessa perspectiva surgem os seguintes questionamentos: Será que esses professores estão realmente preparados para ministrar aulas sobre a temática das religiões africanas e afro-brasileiras? Será que os mesmo, no decorrer de sua graduação, cursaram disciplinas voltadas para essa temática? E se não cursaram, como eles iram ministrar suas aulas? Quais os métodos que utilizará em suas aulas?

Contudo, cabe ressaltar que grande parte dos professores que exercem o magistério nas series iniciais do ensino fundamental tem formação polivalente e não possuem cursos superiores, e se possuem, não cursaram na sua formação disciplinas voltadas para a cultural afro-brasileira. Isso faz com que, a temática de religiões afro-brasileiras, não seja repassada e/ou abordada em sala de aula, mesmo com a aprovação da lei, causando desentendimento entre professor e aluno. Segundo Chagas (2008, p.162), no seu artigo intitulado: Cultura afro-brasileira na escola: a obrigatoriedade da lei e o compromisso político. “[...] alguns professores, no cotidiano escolar, ainda tratam essa cultura como se fosse estranha a eles e aos estudantes”.

Outro questionamento a se pensar, refere-se ao fato de que, muitos professores são preconceituosos e acabam de certa forma repetindo atos discriminatórios em sala. E o que escreve Domingos (2012, p.9), no artigo intitulado: “A inclusão do negro no processo da educação do Brasil: uma breve perspectiva histórica”.

E é de lamentar que a educação contribua, por vezes, para alimentar este clima, devido a uma má interpretação da cultura do outro e/ou “o diferente”. Todavia, prevaleceu o aspecto cultural, uma vez que pessoas negras são sempre associadas a samba, música e futebol. Ou seja, a compreensão de cultura afro-brasileira, se limita a algumas

expressões, religiosas, artísticas e não se concebe as pessoas negras no universo da educação e tecnologia.

Nesse sentido, dois posicionamentos deverão ser incorporados ao pensar/fazer diário dos professores. O primeiro deles diz respeito ao educador reconhecer que tem que tornar-se aprendiz dessas questões relacionadas às religiões e culturas afro-brasileiras. Completando sua formação a respeito do assunto e, principalmente, rompendo com os estereótipos que já foram internalizados e, com os conhecimentos baseados no senso comum sobre as culturas negras, suas gentes e, especificamente, sobre suas religiosidades. Para isso é necessário complementar seus conhecimentos, através de bolsas/cursos com parcerias com órgão governamentais.

As instituições de fomento à pesquisa (CAPES, CNPQ, FINEP, FAPESP, entre outras) poderiam incentivar essa formação mediante criação de bolsas de estudos e intercâmbios culturais com centros de pesquisas de países africanos (Oriá, 1996,p.385).

De acordo com Oriá (1999), com a ajuda de órgãos governamentais, os educadores se desvencilharão dos fios do preconceito, que os enredam e buscarão respostas para esse universo de desconhecimento e a falta de informação que os conduzem ao receio de tratar o tema e ao medo de não conduzir adequadamente o trabalho pedagógico a ser efetivado no contexto escolar.

Segundo ponto diz respeito à escola como um lugar de produção de conhecimento laico. Não dando preferência por nenhuma religião, e que ao abordar a temática sobre cultura afro-brasileira, possa entender a importância deixada pelos africanos no seu papel histórico.

Com a aprovação da Lei 10.639, no dia 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, nas escolas de ensino fundamental e médio, grandes mudanças ocorreram no âmbito da educação. Mudanças essas referentes aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

A inovação dessa nova proposta é a existência de temas transversais que deverão perpassar as diferentes disciplinas curriculares (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes) e permitir, com isso, a interdisciplinaridade no ensino fundamental.

Os temas transversais são Convívio Social e Ético, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Saúde, Trabalho e Consumo. Reconhecendo a necessidade de uma educação multicultural. Criou-se, no âmbito dos PCNs, como tema transversal a permear as diferentes disciplinas curriculares, o estudo de pluralidade cultural.

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. (Ministério da Educação( MEC), 1997).

Nessa perspectiva, torna-se obrigatório o ensino da cultura africana nas escolas. E que este tema deve perpassar por todas as disciplinas. Essa abordagem é para acabar com termos pejorativos que costumam associar as culturas africanas a práticas de bruxarias.

Ainda ressaltando a importância dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), um ponto a se pensar são os objetivos propostos nos temas transversais, porque através desses, o educador seguirá norteado, esse caminho buscará romper com o racismo, preconceito e discriminação que a escola ou sociedade presencia.

A seguir apontamos alguns objetivos propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, editados pelo Ministério da educação (MEC), 1997.

Compreender a cidadania como exercícios de direitos e dever políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.

Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência no país.

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos, e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação, baseada em diferenças culturais, de classe social, de crença, de sexo, de etnia ou outras características individuais ou sociais.

Adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas, respeito esse necessário ao convívio numa sociedade democrática e pluralista.

Compreender o conceito de justiça baseado na equidade e sensibilizar-se pela necessidade de construção de uma sociedade justa.

Na tentativa de romper com atos discriminatórios e preconceituosos, caberá ao professor selecionar os objetivos que melhor se adequem ao seu plano de aula, com a finalidade de romper atos preconceituosos. É nesse contexto que as religiões de matrizes africanas devem ser inseridas.

Esses temas são geralmente abordados nas disciplinas de História e Educação Religiosa, ou seja, o professor será o mediador e responsável por quebrar paradigmas e tabus a respeito das religiões africanas, que na maioria das vezes são taxadas de curandeirismo, feitiçaria, bruxaria, magia negra e principalmente com o termo pejorativo: macumba.

Os conflitos que porventura ocorrem em denominar as religiões afro-brasileiras de Macumba são históricos e podem ser explicados por Silva (2000, p.87), no seu artigo intitulado: Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira: “A abrangência de cultos que sob o

termo macumba eram conhecidos parecem ter sido um dos motivos de sua popularidade e de seu uso indiscriminado para se designar as religiões afro-brasileiras em geral”.

Silva afirma que durante muito tempo, o termo “macumba” permanece impregnado no senso comum ao relacionar as religiões de matrizes africanas com termos populares, causando atos discriminatórios e preconceituosos.

## 2.1. A importância da abordagem as religiões de matrizes africanas em sala de aula

A sociedade brasileira vive hoje um dos maiores desafios: a aceitação da cultura afro-brasileira no âmbito social. Principalmente quando nos referimos às religiões de matrizes africanas que são vistas pela sociedade como algo “bizarro”. É uma batalha árdua e constante para os educadores em sala de aula ao tentar desmitificar o que fora construído por aqueles que não possuem o conhecimento e o respeito pela escolha da religião de cada indivíduo. Podemos compreender isso na seguinte passagem.

Discutir cultura e religiosidade africanas em uma realidade cuja fé judaico-cristã e o eurocentrismo predominam torna-se um desafio, pois, desvelam-se novas perspectivas à compreensão de uma educação com outras dimensões. É possível identificar em sala de aula resistência à cultura e religiosidade afrodescendentes. Deve-se reconhecer que nem todos os povos possuem uma só religião, e que é preciso respeitar a diversidade religiosa e vivenciar a prática da tolerância (Leon apud Ozório, 2011, p.04).

A aprovação da lei 10.639/03 que obriga que a História e Cultura dos afrodescendentes sejam trabalhadas nas escolas públicas e privadas, apresentando os negros como seres atuantes da História e como tal devem ser respeitados. Por se tratar de uma temática interdisciplinar e não uma disciplina específica, a lei determina que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira sejam desenvolvidos no contexto de todo o currículo escolar, especialmente no âmbito das disciplinas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

A lei 9.394/ 96 acrescentou dois artigos para a lei 10. 639/03 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), 1997.

**Art.26-A-** Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro- Brasileira.

**Parágrafo Primeiro** - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

**Parágrafo segundo** - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro- Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

**Art.79-B** – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Embora a simples edição e publicação de uma lei não seja suficiente para transformar realidades historicamente construídas, pode-se considerar a mesma como um primeiro passo, como um avanço no sentido de tentar viabilizar e possibilitar o acesso a essa parte de nossa história. No entanto, como a educação tem um papel fundamental na construção de saberes que possibilitem a desconstrução desses preconceitos, a lei 10.639/03, na sua proposta de aplicação ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. Desta forma, fazem-se necessários o estudo e o conhecimento da lei e da cultura afro-brasileira e africana.

Como objetivo deste documento, analisa-se a relevância de se trabalhar as religiões de matrizes africanas em sala de aula, pois, mesmo com professores capacitados através de formações e projetos propostos pela Secretaria de Educação, muitos discentes ainda discordam quando é abordado o assunto nas aulas. Como mediadores de conhecimentos é fundamental o papel do educador em discutir sobre o que faz parte do convívio social. Segundo Cunha Junior (2009, p.103) “O respeito a todas as religiões é parte do dever da escola de formar a sociedade para uma convivência pacífica e confortável a todos”.

Na sala de aula o educador é formador de conhecimento, portanto não pode repassar ou deixar evidente sua crença e/ou religião. O que importa é que tenha conhecimento e clareza sobre as abordagens das religiões de matrizes afro-brasileiras, e que essas sejam repassadas para os alunos sem distinção. Discutindo as diferenças, semelhanças e a importância de cada uma, para que todas possam ser respeitadas de acordo com suas características.

Em observações realizadas ao lecionar a disciplina de Educação Religiosa nas turmas de 6º, 7º e 8º ano na Escola Luís Dias Damasceno, no distrito de Barra-Nova, evidenciou-se o preconceito dos alunos sobre o tema religiões afro-brasileira e africana que mesmo sendo as religiões previstas na lei 10.639/03 ainda causam espanto nos mesmos, os quais se referem às religiões com os termos “macumba, mandinga entre outras menções” de xingamento, o que leva a entender que o conhecimento sobre as religiões ainda não são suficiente e que mesmo sendo abordado o respeito pelas diferentes culturas existente no nosso país o valor e o desrespeito pelo o outro ainda precisa ser bastante trabalhado na sala de aula. É o que escreve Hipólito, (2001):

Virar as costas ao problema da intolerância religiosa em sala de aula é o mesmo que excluir alunos adeptos não só do Candomblé, mas também de outros segmentos

religiosos afro-brasileiros que, por medo de sofrerem agressões deixam de frequentar as aulas ou, muitas vezes, são obrigados a segregarem ou “sincretizarem” suas religiões (HIPÓLITO, 2001, p.57).

Nesse contexto, a escola como espaço democrático e diverso, por sua vez, não deve ter preferência por uma religião ou outra e as abordagens sobre as religiões afro-brasileiras, devem seguir a direção do esclarecimento sobre sua importância na cultura brasileira; bem como agir no intuito de combater preconceitos e racismos contra a população e cultura negra. Portanto, no momento em que a escola atual tenta se colocar como um espaço democrático, inclusivo e respeitador das diferenças, é que o podemos compreender na passagem seguinte.

Também se mostra importante abordar as religiões afro-brasileiras na sala porque ela representa parte do nosso patrimônio cultural. Elas são responsáveis por tornar nossa cultura mais rica; suas presenças se refletem até mesmo no cardápio brasileiro, com o incremento de vários alimentos, de muito valor nutricional, inclusive, como o dendê, o fubá, o feijão, o coco, entre outros produtos (CUNHA JUNIOR, 2009, p.99).

Nesse sentido a cultura africana está presente em nosso cotidiano, mesmo que a sociedade não perceba, ou simplesmente negue essa herança cultural. Segundo Munanga (2002, p.120), “No plano cultural, destacam-se notáveis contribuições dos negros na língua portuguesa do Brasil, no campo da religiosidade, na arte visual, na música, na culinária, na arquitetura, etc”. Percebe-se então que grande é a herança cultural deixada, apesar de que grande parte da sociedade não aceita.

Ao longo da História, percebe-se que os livros didáticos eram todos voltados para uma educação eurocêntrica e ao abordar o assunto, traziam consigo apenas questões sobre escravidão, miséria e fome. Com esse pensamento negativo os discentes sempre relacionavam África como um continente de miséria, fome e “homens dormindo com macacos”, criando um estereótipo, história única. É o que escreve Oriá (1996, p.380).

Os livros didáticos, sobretudo os de história, ainda estão permeados por uma concepção positivista da historiografia brasileira, que primou pelo relato dos grandes fatos e feitos dos chamados “heróis nacionais”, geralmente brancos, escamoteando, assim, a participação dos outros segmentos sociais no processo histórico do país. Na maioria deles, despreza-se a participação das minorias étnicas, especialmente índios e negros. Quando aparecem nos didáticos, seja através de textos ou de ilustrações índios e negros são tratados de forma pejorativa, preconceituosa ou estereotipados.

De acordo com Oriá, nega-se ao negro a participação na construção da História e da Cultura Brasileira, embora tenha sido ele a mão de obra predominante na produção da riqueza nacional, trabalhando na cultura canavieira, na extração aurífera, no desenvolvimento da pecuária e no cultivo de café, em diferentes momentos de nosso processo histórico.

Com relação ao livro didático, um questionamento a ser levantado refere-se ao fato de que, o mesmo, cria um espaço de racismo/preconceito praticado pelo professor. Segundo Silva (1988, p.23). “o livro didático pode ser um veículo de expansão de estereótipo não percebido pelo professor”, ou seja, na tentativa de combater o preconceito em nossa sociedade, o professor acaba degrading a imagem do negro como um ser inferior e valorizando o homem branco como um ser superior. É o que podemos compreender na seguinte citação de Silva (1989, p.57).

Ao veicular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, o livro didático está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade/ superioridade raciais, que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos processos civilizatórios indígenas e africanos, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação.

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si própria e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos.

Dessa maneira, muitos alunos negros negam suas identidades e a outra parte dos alunos aprende a ser preconceituoso. Para tentar minimizar essa concepção o educador poderá no decorrer das suas aulas, solicitar pesquisas na internet, leituras, materiais audiovisuais e debates, entre outras práticas pedagógicas, auxiliando os mesmos a descobrirem outras realidades, outras perspectivas e compreensão de fenômenos religiosos e sociais.

Para que uma formação escolar com perspectivas de combate ao racismo seja implantada, é fundamental, discutir condições de preparação e atuação dos professores, visto que muitos educadores não tiveram em sua formação disciplinas relacionadas a esse tema. Para isso é necessário que órgãos governamentais ofereçam cursos para a preparação desses educadores. É o que diz Oriá, (1996):

Esses professores, na sua grande maioria de formação polivalente e sem curso superior, precisam estar habilitado a trabalhar com essa nova temática curricular. Sugere-se, para tanto, um esforço por parte dos órgãos governamentais ligados à área de promoção da igualdade racial, no sentido de oferecer, em parceria com as instâncias educacionais, cursos de extensão sobre a história da África e de cultura afro-brasileira, bem como a publicação de material didático- pedagógico que possa dar suporte técnico a atuação desses docentes no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. (ORÍÁ, 1996, p.84)

Nesse sentido, é necessário parcerias de governo/prefeitura para oferecer cursos/bolsas para preparar esses profissionais para atuar no processo ensino-aprendizagem desses alunos.

As discussões em torno das religiões afro-brasileiras devem ser feitas no intuito de proporcionar aos alunos o conhecimento e respeito à diversidade religiosa. Sem valorizar uma religião em detrimento das outras ou no interesse de persuadir na convicção religiosa do outro. A escola como espaço democrático, reconhecedor e tolerante das diferenças exerce um papel importante na construção de uma educação para cidadania.

### **III - RELIGIÕES AFRO- BRASILEIRAS:O DESAFIO DA INSERÇÃO DA DISCIPLINA NA ESCOLA DE BARRA NOVA**

Barra-Nova está localizada a 12 quilômetros da sede do município de Redenção, que se localiza a uma altitude de 88 metros acima do nível do mar e aproximadamente 72 km de distância de Fortaleza. Barra-Nova antigo distrito de São Gerardo, possui hoje cerca de 1.000 habitantes. A região é um dos principais locais para o lazer no município de Redenção, a exemplo disso à cachoeira de Paracupeba, o açude Acarape do meio e o rio Pacotí.

Os moradores mais antigos dessa localidade relatam o início do povoamento por volta de 1920, quando existiam apenas oito casas, bem distantes umas das outras. Na época a principal fonte de renda dos moradores era a agricultura, criação de animais e cultivo de algodão. Com o passar dos anos o número de famílias que habitavam o distrito, começou a crescer e com esse crescimento da população surgiu à necessidade de uma melhor estrutura para a comunidade.

No ano de 1947 foi construída a primeira escola, a qual recebeu o nome EMEIEF Luís Dias Damasceno<sup>2</sup>, e que, nessa época, só possuía uma sala e um pátio. A escola hoje tem 67 anos de funcionamento e atende fundamental I (1º ao 5º Ano) e fundamental II (6º ao 9º Ano) que é a conclusão deste ciclo. Esses jovens a partir do fundamental II passam a estudar todas as disciplinas que estão presentes no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, que são: Matemática, Português, História, Geografia, Ciências, Língua Estrangeira (Inglês), Artes, Educação religiosa e Educação física.

Atualmente, a escola é administrada por Francisca Cristina da Costa Lucio (Diretora) e Francisca Cristiana da Costa Lucio (Coordenadora), e as mesmas cumprem com todos os requisitos que estão presentes no PPC. A escola também adota projetos voltados para melhorar os índices de educação, tais como: mais educação, escola nota 10 e Rosal da liberdade.

O projeto Político Pedagógico da Escola MEIEF Luís Dias Damasceno, é um valioso instrumento de planejamento que visa única e exclusivamente, favorecer a formação de seus alunos, mediante um processo educativo dinâmico e de qualidade, em que os professores atuam como coordenadores da proposta e os pais como grandes parceiros. Nesse projeto a escola se propõe a desenvolver nos seus alunos as habilidades e as potencialidades, a criatividade e a cidadania, visando o bem estar social e o seu desenvolvimento integral. Representa construção coletiva, porque faz uma projeção da intencionalidade educativa. Define uma proposta de grupo e expressa um

---

<sup>2</sup>O nome da escola foi uma homenagem ao senhor Luís Dias, o mesmo instalou na comunidade o primeiro comércio no qual vendia produtos de gêneros alimentícios e têxteis, seus produtos eram anunciados por meio de um aparelho de som que também servia para que os moradores pudessem trocar mensagens.

conhecimento próprio, contextualizado, consciente e partilhado, com vistas à formação do cidadão. (Projeto Político Pedagógico, 2010).

A abordagem da temática sobre religiões africanas e afro-brasileiras na Escola Luís Dias Damasceno, é feita nas disciplinas de História e Educação Religiosa. Na disciplina de História é abordado à cultura, culinária, os costumes, as tradições, as línguas e o espaço territorial, já na disciplina de Educação Religiosa, contemplam as religiões, os rituais e as histórias místicas. Essa abordagem é realizada para romper com estes estereótipos, de associar religiões africanas como magia negra/bruxaria e conseqüentemente com a figura de escravos.

Associar a figura do negro africano escravo, bem como suas práticas religiosas a uma imagem negativa, como a de considerar as religiões africanas uma engenharia de obras demoníacas, feitiçaria, bruxaria, entre outras, parece ter sido algo comum. (Silva apud Moreira, 2013, p.03).

Nesse contexto cabe ao educador “abandonar” o preconceito e em sala de aula discutir o tema com os educandos para que haja o rompimento dos conceitos criados pela sociedade nos alunos.

Nesta finalidade nos educadores precisamos sempre ampliar o nosso universo de conhecimento e se despirmos de preconceitos e racismo. A manutenção das um conjunto de ideias erradas sobre as religiões de base africana é prejudicial à formação dos educandos. (CUNHA JUNIOR, 2009, P.102).

Para isso, todo ano é desenvolvido na escola um projeto voltado para essa temática, onde nos professores, alunos e a população entram em contato com a história, cultura africana e afro-brasileira, no qual é intitulado “Rosal da Liberdade<sup>3</sup>”, juntamente com as leis 10.639/03 e 11.645/08.

Em observação feita no desenvolvimento do projeto percebeu-se que, o mesmo foi trabalhado na escola apenas ao fim de cada ano. Tendo em vista que este projeto não deveria ser abordado apenas em uma parte do ano letivo e sim ao longo do ano. Isso faz com que o projeto perca seu valor e torne-se pouco eficiente.

Outro ponto observado refere-se à formação de professores, gestores e técnicos, pois essas capacitações acontecem apenas duas vezes por ano, em meses diferentes, impossibilitando o melhor aprendizado. Nisso o educador se sente despreparado para ministrar suas aulas, cabendo-lhe o dever de buscar conhecimentos por conta própria, sentindo-se desmotivado em abordar a temática de religiões africana e afro-brasileira porque os gestores

---

<sup>3</sup>Até 2012 o nome do projeto era “As cores de Redenção”, com a nova administração do município de Redenção seu nome foi reformulado, recebendo então o nome Rosal da Liberdade.

não dão assistência. Nessa perspectiva, só aumentam nos educandos a discriminação, preconceito e a rejeição quando é trabalhada a temática de religiões africanas e afro-brasileiras.

Apesar das leis serem trabalhadas e o projeto Rosal da Liberdade, muitos educandos ainda rejeitam e/ou simplesmente negam suas identidades, alguns simplesmente desdenham, outros escutam, mas com um ar de ironia nos olhos, pois os mesmo acham que o educador está convertendo (ensinando) práticas demoníacas.

As religiões de matrizes africanas sofreram ou ainda sofrem na atualidade perseguições que parecem demandar de uma falta de conhecimento ou de um conceito negativo, que outrora foi introduzido no imaginário social como “verdade” e que a escola precisa desmistificar para atender a uma pluralidade religiosa existente nesse espaço. (Silva apud Moreira, 2013, p.06).

Com relação ao projeto Rosal da Liberdade, como um meio de minimizar o preconceito acerca das religiões africanas e afro-brasileiras, depois que é trabalhado os conteúdos referentes à história e cultura africana e afro-brasileira em sala de aula, foi realizada a culminância do projeto, onde cada sala/turma do fundamental II foi responsável por elaborar trabalhos e apresentação com embasamento na cultura africana, para que mitos sobre esta cultura pudessem ser desmitificados.

As duas turmas de 5º Ano, totalizando 32 alunos com faixa etária entre 10 á 12 anos, ficaram responsáveis por contos africanos e artesanatos, os alunos confeccionaram bonecos de pano, pinturas em telhas (Figura 1), peças teatrais como “Menina bonita do laço de fita”. A falta de material disponível foi uma dificuldade encontrada para a elaboração destes trabalhos, cabendo aos professores comprar com recursos próprios esses materiais.



Figura1: Turmas do 5ºAno, confecção de artesanato.

Fonte: Acervo do autor, 2014.

Os 40 alunos das duas turmas de 6º Ano, com faixa etária de 11 á 14 anos apresentaram danças africanas (Figura 2) no intuito de desmistificar o pensamento de que

danças africanas estão relacionadas com rituais de “magia negra”, os alunos se depararam com o preconceito de outros alunos ao ensaiar, dificultando assim as apresentações.



Figura 2: Turmas do 6º Ano, danças africanas.  
Fonte: Acervo do autor, 2014.

No 7º Ano os alunos falaram sobre a literatura africana e bibliografia de alguns autores como José Caveirinha e Mia Couto, destacando suas influências e importância na literatura. As duas turmas composta por 49 alunos com faixa etária de 12 á 15 anos, realizaram leituras de textos e biografias em seguida elaboraram desenhos, paródias, crônicas e redações sobre o assunto. As duas turmas do 8º Ano compostas por 40 alunos com faixa etária de 13 á 15 anos contemplaram as histórias dos orixás, realizaram uma visita ao Museu Senzala Negro Liberto em Redenção no intuito de conhecer a história de alguns orixás e a relação de casa grande senzala (Figura 3). Na culminância apresentaram os orixás estudados e seu papel nas crenças religiosas.



Figura3: Turmas do 8º Ano: História dos orixás e visita ao museu senzala, Redenção-CE.  
Fonte: Acervo do autor, 2014.

A turma do 9º Ano, composta por 28 alunos com faixa etária de 15 á 17 anos trabalharão com ervas medicinais e mapas de países do continente Africano, exporão seus

trabalhos e falaram um pouco sobre os assuntos trabalhados. As ervas medicinais utilizadas foram encontradas na própria comunidade de Barra-Nova, demonstrando que a cultura africana está presente no cotidiano brasileiro. Com relação à confecção das bandeiras e mapas, os alunos adquiriram os materiais com recursos próprios.



Figura 4: Turmas do 9º Ano: Bandeiras de países africanos.  
Fonte: Acervo do autor, 2014.

As salas de aula foram decoradas com trabalhos elaborados pelos próprios alunos, os mesmos apresentaram seus trabalhos para convidados, esses convidados foram à comunidade e os pais dos próprios alunos que ao fim das apresentações apreciaram uma comida típica africana e puderam conhecer mais sobre este continente que é responsável por agregar saberes a cultura brasileira.

Como professor da instituição, pude trabalhar diretamente na construção de parte do conhecimento e na elaboração de alguns trabalhos expostos na escola, muitas vezes sem recursos apenas com a ajuda de outros colegas professores, no intuito de pôr em prática o projeto Rosal da Liberdade. Desta forma as tarefas foram divididas, na qual eu juntamente com as turmas de 6º, 7º e 8º Ano trabalhamos com danças, literaturas africanas e biografia de autores africanos e histórias dos orixás.

No dia da culminância parte dos alunos chegaram mais cedo para ornamentar as salas onde seriam expostos os trabalhos, neste momento pude perceber que o preconceito em relação à cultura afro-brasileira e africana tinha minimizado, pois os mesmos mostraram-se empenhados nas atividades trabalhadas, diferente de quando a proposta de se trabalhar com essa cultura foi lançada, que por não conhecerem a cultura africana alguns alunos demonstraram resistência e se puseram contra no que se refere a pesquisar e trabalhar com orixás que são tidos como “seres demoníacos”.

A culminância deu-se início as 07:00h do dia 21 de novembro, com a direção da escola saldando os visitantes (professores, alunos, pais, comunidade e representantes da Secretaria de Educação da cidade) ao longo da manhã ocorreram apresentações no pátio da escola como danças, peças teatrais e musicais, em seguida os alunos foram para suas salas onde os visitantes puderam visita-las, conhecer a importância das leis 10.639/03 e 11.645/08 e assistiram apresentações como as leituras e orixás estudados, ervas utilizadas na culinária e na medicina popular africana, artesanatos, bandeiras e mapas de países do continente africano. A culminância encerrou ao 11:30h, na ocasião foi servido aos visitantes um prato típico da culinária africana.

Ao longo da culminância pode observar no rosto das pessoas o preconceito e a discriminação por parte das pessoas que presenciaram a apresentação feita pelo os alunos. Segundo Domingos (2012, p.9), “os seres humanos, por conseguinte, têm tendência a supervalorizar as suas qualidades e/ou inventar a historia do grupo a que pertencem, e a alimentar preconceitos desfavoráveis em relação aos outros”. Esse preconceito é perceptível por parte dos pais e da população que apesar de todas as iniciativas, ainda permanecem com rejeição ao assistirem e ouvirem o que é transmitido pelos seus filhos e educadores com relação à cultura e religiões africanas e afro-brasileiras.

Trabalhar sobre a cultura africana e afro-brasileira foi bastante complicada no início, pois os alunos rejeitaram e acabavam discriminando, aos poucos essa visão foi diminuído, pois sobe como educador levar toda a minha bagagem adquirida na minha graduação na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) para dentro da sala de aula, além de levar alguns alunos africanos, facilitando assim a aprendizagem dos educandos de Barra-Nova.

Mesmo com todas as iniciativas, leis e o projeto, ainda não são suficientes para os alunos perceberem que as religiões africanas e afro-brasileiras como qualquer outra religião merecem o respeito, e que ainda é preciso muitos debates acerca desse assunto, no contrario ainda continuará o mesmo estereótipo o preconceito até mesmo o medo de um algo novo, uma história única de associar as religiões africanas a magias negras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir religiões afro-brasileiras em sala de aula em uma sociedade onde o preconceito e a discriminação contra as religiões de matrizes africanas alcança um nível muito alto, não é uma tarefa muito fácil, pois o que percebemos é que o local o qual deveria ser um lugar de esclarecimento, torna-se um lugar cheio de preconceito e discriminação.

Mesmo após a promulgação da lei 10.639/03 sendo publicada, esta realidade não se alterou muito, pois uma lei, por melhor que sejam as intenções, não tem força por ela mesma de mudar a realidade. Realidade essa toda pautada em uma educação eurocêntrica. É necessário que toda a sociedade possa perceber a rica herança deixada pelos povos africanos, valorizando assim sua história e cultura afro-brasileira e africana.

É necessário que a escola como um lugar de produção de conhecimento possa despertar nos educandos o entendimento de que, as religiões afro-brasileiras não são superiores as demais religiões, mas que os educandos devem respeitá-las igualmente. No entanto, a escola não incentiva e nem oferece suporte para que os professores lecionem sobre a temática de religiões afro-brasileira, ou seja, não existem materiais adequados para se trabalhar, cabendo ao professor comprar com recurso próprio o seu material (tintas, pinceis, cartolinas, lápis de cor, canetinhas, papel ofício, tecidos, botões, agulhas, lã entres outros). Não só a escola, mas também as secretarias de educação não fornecem subsídios para a qualificação desse profissional.

Muito disso resulta da falta de investimento na capacitação dos professores que desinformados ou desmotivados e ainda tendo uma série de obrigações, terminam por não dar a importância devida a esta temática. Pelo contrário, continuam as velhas práticas, eximindo-se de discutir a existência de racismo na nossa sociedade, reproduzindo práticas preconceituosas no ambiente escolar. E ao abordar a temática sobre religiões afro-brasileiras o professor deve ser independente, autônomo dentro da sala de aula. Não deverão existir restrições de caráter religioso, nem que as religiões católica e/ou evangélica sejam apresentadas como oficiais ou qualquer outra religião apresentada como correta ou superior.

Com relação ao projeto Rosal da Liberdade, o mesmo deve ser trabalhado ao longo do ano e todo mês deve ser apresentado o resultado desse projeto, resultados esses que podem ser apresentados de forma artística, escrita, histórica, cultural, na culinária e em danças. Porém como foi discutido ao longo deste trabalho, muito ainda tem que ser feito para que a realidade

seja alcançada: a promoção de uma educação que habilite a sociedade a conviver e respeitar as diferenças.

Contudo, podemos concluir que a hipótese estabelecida é válida, pois existe um preconceito contra a cultura e as religiões de matrizes africanas na sociedade. Porém, é válido ressaltar a existência de uma rica herança cultural deixada pelos povos africanos, que mesmo sem perceber está no cotidiano das pessoas.

Para ser explícito, o que percebo é que o preconceito que existe contra as religiões afro-brasileiras é proveniente da má ou pouca informação da população, que por associar as religiões de matrizes africanas às práticas demoníacas, acaba tendo medo de pesquisar sobre o assunto e permanece no senso comum, enquadrando religião como apenas as duas que mais predominam: catolicismo e protestante.

Concluo esse trabalho insatisfeito, pois apesar da lei 10.639/03 e o projeto Rosal da Liberdade estarem sendo executado nas escolas do município de Redenção e principalmente na Escola Luís Dias Damasceno, no distrito de Barra-Nova, que foi o foco desta pesquisa, os educandos ainda associam as religiões de matrizes africanas a feitiçaria, reproduzindo assim preconceito e discriminação. Porém, esta tristeza é um pouco abrandada quando penso que este limitado trabalho possa contribuir um mínimo que seja para a superação desta realidade, podendo servir como auxiliar na formação de professores e estudantes interessados nesta mesma linha de pesquisa.

Nesse sentido faz-se necessário pensar em perspectivas futuras, no que se refere à aplicação da lei 10.639 e o desenvolvimento do projeto Rosal a Liberdade. Entendo que o mesmo deve ser desenvolvido o ano todo, e não só no mês da consciência negra, visto que é um projeto riquíssimo em conteúdo. Além disso, ao desenvolver o projeto, buscar parceria com órgãos governamentais e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), a fim de conseguir formações pedagógicas na área de africanidades, estudo com pensadores e teóricos africanos do continente e da diáspora, bem como a capacitações para professores, objetivando com isso uma prática pedagógica de forma ativa que possa contribuir para a produção do conhecimento em sala de aula, juntamente com o corpo discente da escola.

A UNILAB situada no centro de Redenção desde 2009 trouxe grandes benefícios para a população redencionista e para o maciço de Baturité no que se refere à formação pedagógica de professores, oferecendo cursos com a perspectiva de integralizar países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) com a finalidade de disseminar culturas

e conhecimentos diversos, além de formar profissionais capazes de minimizar atos discriminatórios e preconceituosos, através de cursos como o Bacharelado em Humanidades, que é dividido em dois ciclos. O primeiro tem uma duração de dois anos, ao fim deste o discente ingressará em terminalidade (especialização). No término desses dois ciclos o discente tornara-se um docente capaz de repassar o conhecimento adquirido quebrando estereótipos, minimizando e/ou erradicando o preconceito, para que as futuras gerações possam colher de forma positiva as novas transformações da sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ALMEIDA**, Vasni de. **Ensino Religioso ou Educação Moral e Cívica**. A participação de Guaraci Silveira na Assembléia Nacional Constituinte de 1933/1934. Documentação, História & Memória. 2002.

**BARBOSA**, Anna Emília Maciel; **SOBRINHO**, José Hilário Ferreira; **MOURA**, Marisa Ribeiro [Organizadores]. **Descobrimo e Construindo Redenção**. Fortaleza. Edições Demócrito, 2011.

**BRASIL**, Ministério da Educação. Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/SECAD. 2005.

**BRASIL**, Ministério da Educação. Lei nº9.475 de 22 de julho de 1997. Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC/1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/19475.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19475.htm)>. Acessado em: 17 de Junho de 2014.

\_\_\_\_\_. Parâmetros curriculares nacionais. Apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

**BUNDCHEN**, Célia Marize. **O Ensino Religioso: Significados de Religião em Diferentes Contextos Educativos**. Porto Alegre: Concórdia, 2007.

**CHAGAS**, Waldeci Ferreira. **Cultura afro-brasileira na escola: a obrigatoriedade da lei e o compromisso político**. In: SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (Org.). **História ensinada: linguagens e abordagens para a sala de aula**. João Pessoa: Idéia, 2008, p. 159-179.

**CUNHA JUNIOR**, Henrique. **Candomblé: como abordar esta cultura na escola**. Revista Espaço Acadêmico, n.102, ano IX, p. 97-103, nov.2009. Disponível em:<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/363/showToc>>. Acessado em 23 de Julho de 2014.

**DOMINGOS**, Luís Tomás. **A inclusão do negro no processo da educação do Brasil: Uma breve perspectiva histórica**. II Fórum mundial de educação profissional e tecnológica-Florianópolis, 2012.

FONAPER – Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso.**Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Religioso**. São Paulo, Ed. Ave-Maria, 2004.

**GIL**, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. 3. reimp. São Paulo: Atlas, 2010.

**GOMES, Romeu. Análises e interpretação de dados de pesquisa qualitativa.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

**HIPÓLITO, Paulo. Candomblé: razões de sua abordagem na sala de aula.** In Revista Urutágua – acadêmica multidisciplinar – DCS / UEM, N°23 - 2011.

**JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. O Processo de Escolarização do Ensino Religioso no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2002.

**LEON, Anderson apud OZÓRIO, Darcilene. Lei 10.639/03, Práticas Educativas e Recursos da Cultura: o Samba e suas Possibilidades Discursivas.** XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidade e (Des)Igualdade. Salvador. 2011.

**MUNANGA, Kabenguele; GOMES, Nilma Lino. Para entender o Negro no Brasil de Hoje: história, realidades, problemas e caminhos.** São Paulo: Global/ Ação Educativa. 2006.

**ORIÁ, R. O Ensino de história e diversidade cultural: Desafios e Possibilidades.** Cad. Ced, Campinas, vol. 25, n.67, p. 378-388, set./dez. 2014. Disponível em :<<http://www.cedes.unicamp.br.>>. Acesso em: 08 de Agosto de 2014.

**PAIVA, José Maria de. Igreja e Educação no Brasil Colonial.** In.: STEPHANOU, Maria & BASTOS Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil, Vol.1 Séculos XVI-XVIII.** Petrópolis, Editora Vozes, 2004.

**REY, F González. Epistemologia cualitativa y subjetividad.** La Habana: Pueblo y Educación, 1997.

**RODRIGUES, Auro de Jesus. “Pesquisa Científica”.** IN: **Metodologia Científica.** São Paulo: Avercamp, 2006.

**SCAMPINI, José. A Liberdade Religiosa nas Constituições Brasileiras.** Estudo filosófico-jurídico comparado (SDB). 1978.

**SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático.** Salvador: CEAO/UFBA, 1995.

**SILVA, Ana Célia da. Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de Comunismo e Expressão de 1º grau, nível I.** Projeto de pesquisa. Cadernos de pesquisa. Fundação Carlos Chagas, n° 63, 96-98, São Paulo, 1987, p. 96-98.

**MOREIRA, Harley Abrantes Moreira. Religiões afro- brasileiras em sala de aula a partir da análise de uma turma de educação de jovens e adultos.** XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal-RN. 2013.

**SILVA, Vagner Gonçalves da. Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira.** São Paulo: Ática, 2000.

## ANEXOS

### **INSTITUTO PRISMA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IPDH**

#### **1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

**1.1 Título do projeto:** PROJETO ROSAL DA LIBERDADE – DIVERSIDADE E CIDADANIA NA ESCOLA.

**1.2 Público - alvo:** alunos, professores gestores das escolas que compõem a rede básica de ensino fundamental e comunidade escolar.

**1.3 Instituições parceiras:** Instituto Prisma de Desenvolvimento Humano / Secretaria de educação de Redenção.

**1.4 Responsável pela elaboração:** Luiz Sávio Figueiredo

**1.5 Responsável técnico:** Nukácia Araújo

**1.6 Coordenador geral:** Alessandra Monteiro Lima

#### **2. ANTECEDENTES / JUSTIFICATIVA**

Redenção é um município brasileiro do estado do Ceará. Localiza-se a uma altitude de 88 metros acima do nível do mar e a 55 km de distância de Fortaleza. O município recebe esse nome por ter sido a primeira cidade brasileira a libertar todos os seus escravos.

A região dos sopés do Maciço de Baturité e ao redor das margens do Rio Acarape / Rio Pacoti era habitada por diversas etnias como os Potyguara, Jenipapo, Kanyndé, 7Choró e Quesito, recebeu a partir do século XVII diversas expedições militares e religiosas.

Com a implementação da pecuária no Ceará no século XVII, as terras de Redenção também foram beneficiadas com a agricultura da cana-de-açúcar. A partir do século XIX, engenhos de Redenção tiveram como mão de obra escravos africanos, desta forma senzalas e pelourinhos vieram a fazer parte do modelo urbano.

O povo que deu origem à vila foi um distrito policial criado em 1842 e depois desmembrado de Baturité em 1868 com o nome de “Acarape”. No ano de 1871 foi criada a Câmara Municipal da cidade.

Em 1882 é criada a “Sociedade Redentora Acarapense”. Em 1 de janeiro de 1883, chegavam à então Vila Acarape, abolicionista como Liberato Barroso, Antônio Tibúrcio, Justiniano de Serpa, José do Patrocínio e João Cordeiro, com a finalidade de assistirem a alforria de 116 escravos do lugarejo. A partir daquele ato, em frente à igreja matriz do local, não haveria mais escravos ali, ganhando a vila o nome de Redenção, pioneira em libertar seus escravos no País.

Em reconhecimento ao fato de ter sido a primeira cidade do Brasil a abolir a escravidão, Redenção sedia a UNILAB – Universidade da Federal de Integração Luso-Afro-Brasileira desde 2009.

Segundo o Censo de 2010, sua população era de 26 426 habitantes, desde 13 290 do sexo Feminino e 13 133 do Masculino. Sua população está dividida em: Zona Urbana 15 142 habitantes e Zona Rural: 11 218 habitantes.

A implementação de ações que motivem um trabalho educativo sobre diversidade e a cidadania na escola, exige a incorporação prévia da dimensão histórica que o município de Redenção têm com o pluriculturalismo.

Com a implementação da UNILAB e a vinda de alunos dos países parceiros africanos, criou-se também um ambiente de debates e estudos sobre a cultura africana, afrodescendente e das questões que envolvem a diversidade, multiculturalismo e a cidadania, não só na comunidade acadêmica, mas também em toda sociedade redencionista, principalmente na educação.

As transformações culturais, sociais e políticas que estão ocorrendo no município de Redenção, têm como raízes os novos paradigmas que estão surgindo com o advento da UNILAB e de outros fatores socioeconômicos, caracterizando o desenvolvimento pleno desta região.

Por outro lado, é necessário preparar não só esta, mas as futuras gerações para colher os efeitos de forma positiva destas transformações. Acreditamos que só através da educação é que poderemos consolidar a ideia de uma sociedade cidadã, que respeite a história, a cultura e as pessoas independentemente da sua ideologia, do seu credo, de suas opções de gênero ou de sua raça.

Este projeto desperta para um novo tempo da educação de Redenção. Um tempo de paz e desenvolvimento, formando um grande rosário de conhecimento, o Rosário da Liberdade.

### **3. APRESENTAÇÃO**

O II do documento referencia da Conferencia Nacional de Educação 2014 (CONAE 2014) está pautado no tema: Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos constitui o eixo central da educação e objeto da política educacional. Diz respeito à efetivação da educação pública democrática, laica e com qualidade social nas instituições educativas de todos os níveis, etapas e modalidades.

A partir desta concepção, além de outras, elaboremos este projeto visando implementá-lo nas escolas da rede básica municipal de ensino como uma ação inovadora para trabalhar não só a cultura afro-brasileira e indígena no currículo de história, mas também outros valores no princípio na diversidade, tais como relação de gênero e religião.

Para a implementação efetiva do referido projeto, contamos com algumas estratégias pedagógicas que serão realizadas de forma integrada entre docentes, discentes, gestores, profissionais de apoio e os pais.

Destacaremos que este projeto, e suas propostas educacionais, assim como a legislação brasileira, se coadunam perfeitamente as proposta de Diversidade e Cidadania e que indicam a necessidade de um trabalho interdisciplinar, coletivo, participativo, altamente sensível ao contexto local, objetivando a criação de hábitos, valores e a capacitação do corpo docente das escolas do município, integrando e abrindo espaço para a expressão multicultural.

#### **4. OBJETIVO GERAL**

Realizar um conjunto de ações educacionais voltadas para a construção de valores e virtudes embasados na diversidade e cidadania, promovendo um processo educativo, com permanente avaliação crítica, adequação dos conteúdos à realidade local e o envolvimento dos educando em ações concretas de transformação social no contexto do pluralismo.

#### **4. OBJETIVOS ESPECIFICOS**

4.1 Analisar e discutir procedimentos para a organização do trabalho pedagógico dentro da escola, com vistas à realização de atividades que tenham diversidade e cidadania como eixos organizadores.

4.2 Rever concepções e práticas educativas do ensino-aprendizagem, nas perspectivas de romper com alguns conceitos tradicionais e preconceituosos elevando discussões sobre ética e a democracia na perspectiva da pluralidade cultural.

4.3 Analisar e discutir concepções e sugestões de atividades, com vistas a melhoria do processo ensino-aprendizagem, com foco nos temas a serem trabalhados em sala de aula.

4.4 Adequar o currículo da rede municipal de ensino, no desenvolvimento de projetos pedagógicos voltados para a diversidade e o multiculturalismo.

4.5 Introduzir as discussões sobre a importância da UNILAB para o desenvolvimento sociocultural de Redenção.

4.6 Apoiar e incentivar o desenvolvimento de instrumentos, metodologias e tecnologias para subsidiar as práticas e educação para a cidadania como parte do desenvolvimento cultural do educando.

4.7 Incentivar a realização de campanhas educativas de caráter mobilizador, envolvendo a participação individual e coletiva da comunidade.

4.8 Estimular a organização e a participação dos alunos, pais e professores através de diversas ações educativas.

4.9 Instrumentalizar o pessoal do magistério para incorporar conteúdos de educação para a diversidade no processo de ensino/aprendizagem.

4.10 Realizar curso para os professores e gestores da rede básica de ensino fundamental.

## **5. ESPECIFICAÇÃO DAS AÇÕES**

5.1 AÇÃO 1 – Será realizado uma formação inicial e continuada para 40 professores, coordenadores e técnicos da secretaria de educação voltada para práticas pedagógicas abordando o tema diversidade para a cidadania, com carga horária de 80h/a.

5.2 AÇÃO 2 – Será realizado seminário com o tema diversidade e cidadania durante a semana da consciência negra, integrando a comunidade escolar, sociedade civil e UNILAB.

5.3 AÇÃO 3 – Será realizado no final do exercício letivo uma gincana cultural “Gincana do Rosal”, com o objetivo de integrar os alunos de diversas escolas por meio de divulgação dos trabalhos construídos durante o ano; jogos lúdicos, festival de talentos e olimpíadas de produção de gêneros textuais, atribuindo uma premiação para os melhores trabalhos.

5.4 AÇÃO 4 – Será elaborado uma coletânea de produções dos alunos sobre o tema diversidade e cidadania, com critérios pré-estabelecidos pelos coordenadores e técnicos da secretaria de educação.